

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

127 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 13 a 17/06/2022

1. ADESAO DA UCRÂNIA, MOLDÁVIA E GEÓRGIA À UNIÃO EUROPEIA	1
2. COMISSÃO EUROPEIA CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA	2
3. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU	3
DEVE	3
CONT	4
AFET	4
ECON e ENVI	4
LIBE e ECON	4
ENVI	5
IMCO	5
AGRI	5
4. COSAC REUNIÕES FINAIS DOS GRUPOS DE TRABALHO	5
5. PROCESSO INFRAÇÃO AO REINO UNIDO	6
6. EUROBARÓMETRO DEFESA E AUTONOMIA ENERGÉTICA	7
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) sobre Saúde	7
Eurogrupo	7
Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) sobre Política Social	7
Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)	8
8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8

1. ADESAO DA UCRÂNIA, MOLDÁVIA E GEÓRGIA À UNIÃO EUROPEIA

A Comissão Europeia publicou esta semana o seu parecer sobre o pedido de adesão da Ucrânia à União Europeia (UE), [submetido](#) a 28 de fevereiro de 2022, bem como da Moldávia e Geórgia.

- **Ucrânia:** a Comissão Europeia constatou que este país está globalmente bem avançado em alcançar a estabilidade das instituições que garantem a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos e o respeito e protecção das minorias; tem continuado o seu forte historial macroeconómico, demonstrando uma notável resiliência com a estabilidade macroeconómica e financeira, ao mesmo tempo que precisa de prosseguir reformas económicas estruturais ambiciosas; e aproximou-se gradualmente de elementos substanciais do acervo da UE em muitas áreas. Nesta base, a Comissão recomenda que seja dada à Ucrânia a perspectiva de se tornar um membro da União Europeia. Deve ser-lhe concedido o estatuto de candidato, no entendimento de que são tomadas medidas em várias áreas. O respetivo [parecer](#) e [memo](#) estão disponíveis.
- **Moldávia:** a Comissão Europeia conclui que o país dispõe de uma base sólida para alcançar a estabilidade das instituições que garantem a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos e o respeito e protecção das minorias; as políticas macroeconómicas têm sido razoavelmente sólidas e têm sido feitos progressos no reforço do sector financeiro e do ambiente empresarial, mas continuam por empreender reformas económicas fundamentais; o país estabeleceu uma base sólida para um maior alinhamento com o acervo da UE. Nesta base, a Comissão recomenda que seja dada à Moldávia a perspectiva de se tornar um membro da União Europeia. Deve ser-lhe concedido o estatuto de candidato, no entendimento de que são tomadas medidas em várias áreas. O respetivo parecer e memo estão disponíveis [aqui](#) e [aqui](#).
- **Geórgia:** a Comissão considera que dispõe de uma base para alcançar a estabilidade das instituições que garantem a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos e o respeito e protecção das minorias, mesmo que a evolução recente tenha prejudicado o progresso do país; alcançou um bom grau de estabilidade macroeconómica e tem um bom historial de política económica e um ambiente empresarial favorável, mas são necessárias mais reformas para melhorar o funcionamento da sua economia de mercado; e, em geral, a Geórgia estabeleceu uma base sólida para um maior alinhamento com o acervo da UE. Nesta base, a Comissão recomenda que seja dada à Geórgia a perspectiva de se tornar um membro da União Europeia. Deverá ser-lhe concedido o estatuto de candidato, uma vez abordadas várias prioridades ([parecer](#) e [memo](#)).

Cabe ao Conselho Europeu decidir, por unanimidade, a atribuição do estatuto de candidato aos Estados que entenda reunir as condições para tal, o que poderá acontecer no Conselho Europeu da próxima semana, em Bruxelas.

Esta semana, os Presidentes de França, Emmanuel Macron, e da Roménia, Klaus Iohannis, e os Primeiros-Ministros de Itália e Alemanha, Mario Draghi e Olaf Scholz, visitaram a Ucrânia e encontraram-se com o Presidente Volodymyr Zelenskyy. Nessa ocasião, manifestaram o seu [inequívoco apoio](#) a que seja concedido à Ucrânia o estatuto de candidato à adesão à UE. É expectável que o Conselho Europeu da próxima semana discuta e adote conclusões sobre esta matéria, relativamente à Ucrânia e à Moldávia.

É de notar que, nestas declarações, ficou igualmente claro que esta atribuição do estatuto de candidato e as negociações que, em momento futuro, poderão ser iniciadas serão acompanhadas de condições exigentes prévias a uma futura adesão.

Por outro lado, e considerando que existem outros países com expectativas de adesão à UE, terá lugar uma cimeira dos seus países dos Balcãs Ocidentais com os 27 Chefes de Estado e de Governo da UE na próxima semana, antes do Conselho Europeu, para debater o alargamento.



Alexey Furman/Getty Images, by Politico

O *think tank* do PE publicou esta semana um trabalho sobre a possível adesão da Ucrânia, disponível [aqui](#).

2. COMISSÃO EUROPEIA | CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA

A Comissão Europeia publicou esta semana uma Comunicação sobre o seguimento a dar às propostas da Conferência, com uma primeira análise para aferir o que é necessário para as implementar, disponível [aqui](#).

São estabelecidas quatro categorias de respostas:

i) iniciativas existentes que abordam as propostas formuladas: ou seja, em que a Comissão já está a implementar iniciativas que respondem directamente às propostas (e.g. a Lei do Clima, o Pacote dos Serviços Digitais, a HERA, a Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias);

ii) aquelas em que o Parlamento Europeu e o Conselho são chamados a adotar legislação: existem propostas da Comissão em que os co-legisladores estão atualmente a trabalhar (e.g. o Novo Pacto sobre Migração e Asilo, a Lei de Governação de Dados, ou o pacote *Fit for 55*);

iii) ações planeadas que irão concretizar as ideias, com base em novas reflexões da Conferência: inclui as áreas em que a Comissão já está a planear fazer propostas e terá em conta as sugestões feitas pela Conferência (e.g. a Lei da Liberdade dos Meios de Comunicação Social, a Lei Europeia das Matérias-Primas, o quadro legislativo que visará acelerar e tornar mais fácil a transição para sistemas alimentares sustentáveis, etc.);

iv) novas iniciativas ou áreas de trabalho inspiradas pelas propostas, que se inserem no âmbito de competências da Comissão: para os casos em que as propostas feitas pela Conferência são parcial ou totalmente novas e exigem novas iniciativas ou propostas a serem feitas pela Comissão (e.g. melhoria da compreensão das questões de saúde mental, nutrição e a segurança alimentar, bem como melhoria da informação sobre a pegada ecológica e o registo dos produtos em matéria de bem-estar animal, entre outras).

O primeiro conjunto de novas propostas será anunciado no discurso da Presidente von der Leyen sobre o Estado da União, em setembro de 2022, bem como na carta de intenções que o acompanhará.

Estas propostas figurarão entre as que serão incluídas no Programa de Trabalho da Comissão de 2023. Algumas deverão também figurar nas prioridades legislativas comuns acordadas entre as instituições da UE e os futuros Programas de Trabalho da Comissão.

A Comissão assinala, ainda, que as novas reformas e políticas **não devem ser mutuamente exclusivas das discussões sobre alterações ao Tratado**. A alteração dos tratados não deve ser um fim em si mesma e, para a grande maioria das medidas, há muito que pode e terá de ser feito ao abrigo dos tratados existentes. Contudo, algumas das ideias apresentadas pela Conferência são verdadeiramente inovadoras, apelando à UE para que tome novas, ainda inexploradas, vias. Dentro destas, algumas propostas apelam explicitamente à alteração dos tratados. Isto inclui áreas como a saúde ou a defesa.

Finalmente, a Conferência criou também a visão de como um **espaço público europeu** pode florescer e como a democracia representativa pode ser enriquecida pelo envolvimento dos cidadãos. Algumas das inovações da Conferência fornecem um guia sobre como melhor incluir os cidadãos no estabelecimento de prioridades e ambições, bem como na conceção e elaboração de políticas a nível europeu. Com base na Conferência, a Comissão proporá formas de assegurar aos cidadãos este papel mais estreito na elaboração das políticas da UE.

Um dos exemplos mais salientes foram os **Painéis dos Cidadãos Europeus** (cerca de 800 cidadãos seleccionados aleatoriamente, um terço dos quais eram jovens, reuniram-se para três sessões deliberativas cada uma e fizeram recomendações). Vários Estados-Membros organizaram Painéis Nacionais de Cidadãos com base nos mesmos princípios. Com base neste sucesso, a Comissão proporá dar aos Painéis de Cidadãos tempo e recursos para fazerem recomendações antes de certas propostas legislativas fundamentais, como parte da sua elaboração política mais ampla e em conformidade com os princípios de *Melhor Legislar*. O primeiro desta nova geração de Painéis de Cidadãos será lançado no contexto do discurso do Estado da União de 2022.

Esta semana, o Conselho da UE disponibilizou também aos Estados-Membros uma avaliação técnica preliminar das propostas da Conferência (documento LIMITE) elaborada pelo Secretariado-Geral desta instituição e que visa enquadrar o trabalho futuro que o Conselho fará neste âmbito.

Finalmente, o *think-tank* do PE publicou uma análise (disponível [aqui](#)) sobre os resultados alcançados pela Conferência, tendo por base as expectativas iniciais, bem como uma perspetiva sobre as próximas etapas.

3. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU

DEVE

A Comissão do Desenvolvimento organizou uma [reunião interparlamentar dedicada ao tema «A crise da dívida nos países em desenvolvimento»](#), tendo a delegação da Assembleia da República que participou nesta reunião sido constituída pelas Deputadas Olga Silvestre (PSD), Romualda Fernandes (PS) e Carla Madureira (PSD) da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas. As sessões de debate foram dedicadas à premência na resolução das dívidas dos países em desenvolvimento, tendo sido analisado um caso de estudo específico relativo à Zâmbia, assim como que soluções podem ser encontradas para esta questão.

O vídeo da reunião encontra-se disponível [aqui](#) e os estudos disponibilizados sobre o tema [aqui](#).

CONT

A Comissão dos Orçamentos organizou também uma [reunião interparlamentar para debater «Experiências e desafios comuns no exercício das funções de controlo orçamental»](#). A Comissão convidou um número limitado de Parlamentos nacionais para discutir este tema (Alemanha, Polónia, Portugal, Países Baixos, República Checa e Itália), tendo o *Bundestag* alemão, a Assembleia da República e a Câmara dos Deputados e Senado italianos designado oradores para o efeito. A Assembleia da República participou nesta discussão com uma delegação composta pelo Deputado João Paulo Rebelo (PS), orador na sessão dedicada aos processos de controlo e auditoria, e pelos Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD) e Carla Castro (IL), da Comissão de Orçamento e Finanças. Os dois painéis da reunião foram dedicados aos **processos e aos resultados do controlo e auditoria orçamental**, tendo sido debatidas as formas como estes são realizados nos Parlamentos nacionais e no Parlamento Europeu, os seus desafios comuns (como a digitalização e burocratização dos processos) e melhores práticas a adotar no futuro. O vídeo da reunião encontra-se disponível [aqui](#).

AFET

Os membros da Comissão dos Assuntos Externos [avaliaram a situação política em três países em processo de adesão à UE: Bósnia e Herzegovina, Kosovo e Sérvia](#). O relator do relatório sobre a **Bósnia e Herzegovina** é o Deputado Paulo Rangel (EPP), tendo referido que «*O relatório (...) reafirma o apoio do Parlamento ao futuro europeu da Bósnia-Herzegovina (...).*». Os deputados exortaram os atores políticos a fazer avançar o trabalho sobre as reformas relacionadas com a UE, nomeadamente o Estado de direito, assim como a eliminar as formas de desigualdades, discriminação e parcialidade no processo eleitoral, lamentando a falta de vontade política nas negociações sobre as reformas constitucionais e eleitorais e o fracasso na sua implementação antes das eleições deste ano. No caso do **Kosovo**, os deputados elogiaram o aumento da estabilidade política e reiteraram o seu apelo aos Estados-Membros no Conselho para que procedam rapidamente à adoção de um regime de isenção de vistos para os cidadãos do Kosovo. Sobre a **Sérvia**, foi referida a falta de progressos e alguns recuos em questões fundamentais para a adesão.

ECON e ENVI

Os membros da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar [opuseram-se esta semana à inclusão da energia nuclear e gás na lista de atividades económicas ambientalmente sustentáveis, coberta pela taxonomia da UE](#). Os deputados reconheceram o papel destas energias no âmbito do aprovisionamento energético estável mas consideraram que as normas técnicas de análise propostas pela Comissão para apoiar a sua inclusão não respeitam os critérios para as atividades económicas sustentáveis conforme previsto no artigo 3º do Regulamento da Taxonomia. Prevê-se que esta resolução seja votada na sessão plenária do PE em julho.

LIBE e ECON

A Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos e a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários debateram o plano para [estabelecer uma autoridade europeia para combater o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo](#), procurando melhorar a coordenação e a troca de informações entre as Unidades Nacionais de Informação Financeira que atuam como intermediários entre as entidades financeiras e os aplicadores da lei.

ENVI

A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar [discutiu os objectivos estratégicos da UE para a COP19](#) da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), que terá lugar no Panamá em novembro de 2022, concentrando-se os deputados na melhoria da aplicação das proibições e restrições ao comércio de espécies protegidas, aumento da informação e da transparência, financiamento e reforço do papel da UE na luta global contra o tráfico de animais selvagens.

IMCO

O [acordo provisório alcançado sobre o Regulamento dos Serviços Digitais foi aprovado pelos membros da Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores](#). Este Regulamento, em conjunto com o Regulamento dos Mercados Digitais, estabelece padrões de referência para um espaço digital mais seguro e aberto aos utilizadores e um campo de ação equitativo para as empresas. Refira-se ainda as novas obrigações para as plataformas, proporcionais à sua dimensão e aos riscos sociais que representam, assim como a denúncia de conteúdos e plataformas ilegais por parte dos utilizadores.

AGRI

A Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural [debateu a situação da exportação da produção agrícola com o Ministro-Adjunto ucraniano para a política agrícola e alimentação](#). Markian Dmytrasevych, devendo [uma delegação desta comissão deslocar-se para a fronteira da Polónia com a Ucrânia na próxima semana para avaliar os corredores alimentares](#), a importação de produtos agrícolas ucranianos e o potencial de rotas alternativas, visitando os postos fronteiriços de Medyka (caminho-de-ferro) e Korczowa (estrada) e debatendo a capacidade de armazenamento dos produtos agrícolas com representantes empresariais e comerciais ucranianos.

4. COSAC | REUNIÕES FINAIS DOS GRUPOS DE TRABALHO¹

Decorreram, no dia 14 de junho, em Paris, as últimas reuniões dos [grupos de trabalho da COSAC dedicados ao papel dos Parlamentos nacionais na União Europeia \(UE\) e ao lugar dos valores no centro do sentimento de pertença à União Europeia](#). A Assembleia da República participou nestas reuniões, em formato presencial e virtual, tendo a delegação sido constituída pelos membros da Comissão de Assuntos Europeus que integraram os respetivos grupos de trabalho: Deputados Miguel Iglésias (PS) e Paulo Moniz (PSD) e Deputados Rui Lage (PS) e Rosário Gambôa (PS).

A reunião do **grupo de trabalho sobre o papel dos Parlamentos nacionais na UE** foi presidida por Jean-François Rapon, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Senado francês, tendo sido debatida a proposta de conclusões resultantes das várias reuniões decorridas nos últimos seis meses, destacando-se a possibilidade dos Parlamentos nacionais obterem um direito coletivo de iniciativa indireta, com base no modelo atualmente utilizado pelo Parlamento Europeu, comumente designado de «cartão verde», a organização, pela Comissão Europeia e pelo Estado-Membro que detenha a Presidência do Conselho da UE, de reuniões interparlamentares *ad hoc* antes da apresentação dos principais textos legislativos, o aumento do prazo para verificação da subsidiariedade pelos Parlamentos nacionais de um projeto de ato legislativo para dez semanas, a redução para um quarto do número limite de Parlamentos nacionais para desencadear o processo de «cartão amarelo», conceder aos Parlamentares nacionais o direito de dirigir perguntas escritas às instituições europeias e o

¹ Ponto elaborado por Gonçalo Sousa Pereira, Assessor da Comissão de Assuntos Europeus

desenvolvimento de uma maior eficaz cooperação interparlamentar, designadamente, com a continuação destes métodos de trabalho.

No que se refere à reunião do **grupo de trabalho sobre o lugar dos valores no centro do sentimento de pertença à União Europeia**, esta foi presidida por Sabine Thillaye, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia Nacional francesa, tendo também sido debatida a proposta de conclusões resultantes das várias reuniões, salientando-se a sugestão de organização de uma conferência europeia com o intuito de discutir o conteúdo dos conceitos de valores europeus e do Estado de direito, a promoção de audições, por parte das Presidências da COSAC, com Comissários Europeus sobre o respeito pelo Estado de Direito e os valores europeus, e a nomeação de Deputados de cada Parlamento nacional para acompanharem questões relacionadas com o Estado de Direito ao longo do ano, de forma regular.

As propostas de conclusões de ambos os grupos de trabalho foram adotadas por consenso de todos os membros, exceto do Parlamento Europeu, que considerou não poder tomar posição pelo detalhe das propostas apresentadas, que vai além das posições assumidas nas suas resoluções.

Os textos finais das conclusões serão brevemente disponibilizados [aqui](#).

5. PROCESSO INFRAÇÃO AO REINO UNIDO

A [Comissão Europeia iniciou processos de infração contra o Reino Unido por incumprimento de partes significativas do Protocolo relativo à Irlanda/Irlanda do Norte](#). Apesar dos apelos sucessivos, o governo do Reino Unido não aplicou o Protocolo, o que constitui uma violação do direito internacional, procurando o processo por infração restabelecer o seu cumprimento em vários domínios fundamentais.

Em março de 2021, a Comissão enviou uma [notificação para cumprir ao Reino Unido por violação das obrigações que lhe incumbiam por força do Protocolo](#), emitindo agora um parecer fundamentado. O processo por infração foi iniciado pelo facto de o Reino Unido não ter aplicado corretamente o [Protocolo](#) no que se refere aos requisitos de certificação para a circulação de produtos agroalimentares, e foi suspenso no ano passado, num espírito de cooperação construtiva, a fim de criar espaço para procurar soluções em conjunto com o Reino Unido. No entanto, não havendo disponibilidade por parte do Reino Unido para participação nos debates sobre o tema e a sua ação unilateral, foi retomado o processo. Se o Reino Unido não responder no prazo de dois meses, a Comissão pode decidir submeter o caso ao Tribunal de Justiça da União Europeia, tendo este plenos poderes neste domínio, incluindo a possibilidade de impor o pagamento de uma quantia fixa ou progressiva a título de sanção pecuniária.

A Comissão decidiu igualmente instaurar dois novos processos por infração contra o Reino Unido por (1) **incumprimento das obrigações que lhe incumbem por força das regras sanitárias e fitossanitárias da UE**, não estando o Reino Unido a realizar os controlos necessários, nem a assegurar recursos humanos e infraestruturas adequadas nos postos de controlo fronteiriços na Irlanda do Norte, tendo ainda emitido orientações que têm por efeito não aplicar o direito da União; e por (2) **não fornecimento à UE de determinados dados estatísticos sobre o comércio no que diz respeito à Irlanda do Norte**, tal como exigido pelo Protocolo. O Reino Unido dispõe de dois meses para responder.

Não obstante estes processos, em dois documentos de tomada de posição, a Comissão desenvolveu disposições no domínio das regras [aduaneyras, sanitárias e fitossanitárias](#), procurando demonstrar que é possível encontrar soluções no âmbito do Protocolo.

A Comissão preparou sobre o tema uma seção de [perguntas e respostas](#).

Encontra-se ainda disponível a [declaração de David McAllister, Bernd Lange e Nathalie Loiseau, Presidentes do Grupo de Contacto com o Reino Unido do Parlamento Europeu](#) sobre esta questão.

6. EUROBARÓMETRO | DEFESA E AUTONOMIA ENERGÉTICA

O [Eurobarómetro](#) publicado esta semana mostra que a grande maioria dos cidadãos da UE (81%) é a favor de uma política comum de defesa e segurança entre os Estados-Membros da UE, e 93% concordam que os Estados-Membros devem agir em conjunto para defender o território da UE, considerando 85% que a cooperação em matéria de defesa a nível da UE deve ser reforçada. No que diz respeito à autonomia energética, 87% dos inquiridos entendem que a UE deve reduzir a sua dependência das fontes de energia russas o mais rapidamente possível e 80% pensam que a política energética pode contribuir para a defesa dos interesses estratégicos da UE. O [inquérito](#) confirma ainda o apoio em massa dos cidadãos europeus à resposta da UE à agressão russa contra a Ucrânia, tanto relativamente à ajuda humanitária (93%) como ao acolhimento das pessoas que fogem da guerra (91%), às sanções económicas (80%) ou ao financiamento do fornecimento e entrega de equipamento militar à Ucrânia (70%).

O Eurobarómetro mostra que os europeus consideram a **defesa e a segurança** (34%) e «**tornar a UE e os seus Estados-Membros mais autónomos em termos de aprovisionamento energético**» (26%) como os domínios mais prioritários em 2022. Logo a seguir vêm a situação económica (24%), o ambiente e as alterações climáticas (22%) e o desemprego (21%).

7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) sobre Saúde

O Conselho realizou um [debate](#) sobre a proposta de regulamento relativo ao [Espaço Europeu de Dados de Saúde \(EEDS\)](#) e que visa facilitar o acesso dos doentes aos seus dados de saúde em formato eletrónico e facilitar a partilha desses dados com profissionais de saúde na UE, tendo os ministros referido questões sensíveis quanto à segurança e proteção dos dados. Foram ainda trocados pontos de vista sobre a estratégia da UE em matéria de saúde mundial e o [lançamento do processo de desenvolvimento de uma nova estratégia](#) neste âmbito, tendo sido salientada a importância do reforço dos sistemas de saúde, preparação e resposta a crises sanitárias e promoção do conceito Uma Só Saúde.

Eurogrupo

No seu [formato regular](#), os ministros discutiram a introdução do euro por parte da Croácia, com base nos relatórios de convergência da Comissão e do BCE, [recomendando que a Croácia se tornasse o 20.º membro da área euro](#). Discutiram o programa de supervisão da Grécia, emitindo [uma declaração](#) que saúda a intenção da Comissão Europeia de não prolongar a supervisão reforçada, que expira no dia 20 de agosto de 2022. No formato inclusivo, as discussões centraram-se nos desenvolvimentos da União Bancária, tendo sido também adotada uma [declaração](#) sobre o tema, assim como na preparação da Cimeira do Euro, que terá lugar no dia 24 de junho.

Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) sobre Política Social

A Presidência apresentou um relatório de progresso sobre a [proposta de diretiva relativa à melhoria das condições de trabalho nas plataformas digitais](#), tendo os ministros realizado um [debate político sobre o Semestre Europeu](#) focado, em particular, na sua governação e com base nas recomendações específicas

por país. Foram ainda trocados pontos de vista sobre os objetivos nacionais para complementar as metas previstas no Plano de ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, debatido na Cimeira Social do Porto, adotada uma [recomendação sobre contas de aprendizagem individuais](#), uma [recomendação sobre assegurar uma transição justa para a neutralidade climática](#), debatidas formas de aumentar a taxa de empregabilidade de pessoas com deficiência e prestadas informações sobre o *Social Imbalances Procedure* (que procura reforçar a dimensão social do Semestre Europeu).

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

Os ministros da economia e da finanças [concluíram as etapas do procedimento de acesso da Croácia ao euro, debatendo o relatório de convergência da Croácia](#), debateram o Semestre Europeu 2022 e fizeram um balanço da execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, discutindo também os aspetos económicos e financeiros da agressão militar da Rússia contra a Ucrânia.

8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada às reuniões das comissões parlamentares do Parlamento Europeu e à [sessão plenária do Parlamento Europeu em Bruxelas](#), com destaque nesta última para:

- *Três iniciativas adiadas da sessão anterior relativas ao pacote Fit for 55: Fundo Social para a Ação Climática, Revisão do sistema de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa da UE, e Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (MACF); Reabastecimento das reservas de gás antes do inverno; Estatuto de país candidato da Ucrânia, Moldávia e Geórgia; This is Europe: Debate com o Primeiro-Ministro croata, Andrej Plenković.*

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [22 de junho](#), destacando-se a *Comunicação conjunta sobre a governação internacional dos oceanos, o Pacote para proteção da natureza* (revisão das regras da UE sobre o uso sustentável de pesticidas e proteção da biodiversidade), *Revisão do desenvolvimento comercial e sustentável*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 20.06: [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#)
- 21.06: [Conselho \(Assuntos Gerais\)](#)
- 23.06: [Conselho Europeu](#); [Reunião dos dirigentes da UE e dos Balcãs Ocidentais](#)

Bruxelas | 17 de junho de 2022

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).